

Apresentação da representação do GESP

Mesa Las Políticas de vivienda em los países Del Sur: de um enfoque de prestação de servicios a um enfoque integrado.

Data 18 de julho de 2013

1. Estrutura Institucional

Secretaria de Habitação com duas instituições: CDHU, criada em 1998, órgão promotor e financeiro da Política Estadual de Habitação e Casa Paulista- Agencia Paulista de Habitação, criada em 2011, é operador do Fundo Paulista de HIS (apoia subsídio) e do Fundo Garantidor Habitacional (garante risco)

A Casa Paulista tem também como atribuição mobilizar a iniciativa privada, agentes públicos, cooperativas habitacionais e sindicatos para produção de moradias de interesse social; direcionar a aplicação de subsídios públicos(R\$20mil por unidade habitacional); garantir proteção contra risco em novos investimentos em HIS e fomentar HIS sustentáveis e acessíveis.

A pauta habitacional conta com fonte estadual de recursos derivados de 1% do total de arrecadação do ICMS

2. Eixos Estratégicos da Política Habitacional

- Áreas de Risco de deslizamento, inundação, contaminação do solo e erosão
- Proteção Ambiental e Recuperação Urbana de favelas e cortiços(ocupação irregular e insalubre em áreas de proteção ambiental, unidades de conservação e áreas de mananciais);
- Litoral Paulista (proteção e preservação da Serra do Mar- região mais vulnerável ao risco com ocupação irregular)
- Fundos Habitacionais
- Cidade legal e planejada(apoio técnico aos municípios para promover a legalização de bairros e núcleos de HIS)

3. Ações e Projetos Estratégicos

3.1. Programa de Recuperação Sócio-ambiental da serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica

Ações

- remoção e reassentamento da população residente no interior das unidades de conservação e áreas de risco de deslizamento;
- Regularização fundiária e implantação de infraestrutura urbana dos núcleos habitacionais no limite do Parque estadual da serra do Mar;
- Recuperação das áreas degradadas pela ocupação ilegal;
- Proteção da biodiversidade e da oferta de água (85% do abastecimento da RMBS é proveniente das nascentes de água alocalizadas)

- Projeto de educação ambiental para população local.

Benefícios

- 9.600 famílias já beneficiadas e mais 7.600 famílias ainda serão transferidas de áreas de risco geológico.

Forma de atuação

- Coordenação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional
- Execução pela CDH, SMA/Fundação Florestal, Instituto de Botânica e Polícia Militar Ambiental
- Componentes da atuação: proteção das Unidades de Conservação, investimentos sociais no PESH e fiscalização das Unidades de Conservação.

3.2. Programa Mananciais- Recuperação dos mananciais de interesse metropolitano da RMSP, cujo balanço hídrico é crítico.

Ações

- Remoção de habitações em áreas de preservação permanente
- Reassentamento de população removida
- Produção de novas unidades
- Melhorias urbanas
- Implantação de rede de esgoto e coleta residencial

Benefícios

CDHU produziu 2.548 unidades habitacionais para abrigar reassentados decorrente de remoção de famílias, em função de obras de urbanização de favelas sob responsabilidade da Prefeitura de SP

Forma de Atuação

Ação integrada de instituições governamentais do GESP, PMSOP e GF(PAC Pró-moradia)

Coordenação da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos

SH/CDHU/PMSO- ações de reassentamento da população. Atuam na urbanização de favelas e melhorias urbanas em loteamentos.

SSRH- obras de saneamento ambiental(ligações das unidades habitacionais a rede de esgoto)

Recursos financeiros do Banco Mundial- empréstimo do GESP

GF- PAC Pró Moradia

PMSP

3.3. Programa Cidade Legal

Ações junto aos municípios voltadas para regularização de parcelamento do solo, núcleos habitacionais, localizados em áreas urbanas, ocupados predominantemente por população de baixa renda.

O instrumento utilizado é da regularização fundiária e urbanística resultando nua Declaração de Conformidade Urbanística e Ambiental emitida em conjunto pelos órgãos de licenciamento. Com essa declaração é possível fazer o registro cartorário da propriedade.

Benefícios

- Segurança jurídica do direito a posse de seu imóvel e de usufruir de sua propriedade
- Utilização do imóvel como garantia real para obtenção de financiamento

Forma de atuação

- Convênio de cooperação técnica entre Estado e Municípios
- Comitê de Regularização com a participação da SH(habitação e urbanismo), SMA/Cetesb(meio ambiente), Sabesp(saneamento), DAEE(água e energia).

Rovena Negreiros

Diretora de Planejamento da Emplasa- GESP